



MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

DATA: 24.02.2010

HORÁRIO: 13:30 as 17:00

LOCAL: Sala de Reuniões da SETP (5º andar) – Curitiba/PR

Membros:	Participantes:
SETP	COGEMAS
Ana Paula Gonçalves	Adilson José dos Santos
Carmen de Souza	Fernanda B. Vieira Richa
Ironi do Rocio Vieira de Camargo	Jiuzete Vasconcelos de Araújo
Jucimeri Isolda Silveira	Joaquim Guilherme da Silva Filho
Nircélio Zobot	Kátia Saliba
Representantes da Secretaria Técnica:	
Ana Carolina K. Bittencourt	
Carla de Souza	
Helena Navarro Gimenez	
Kelli Regina Albanese	
Rosely Lemos	
Sionara de Paula	
Demais participantes:	
Adriana Maria Leal	
Aline Mendes de Queiroz	
Andressa P. Linhares	
Keity Fabiane da Cruz	
Laura Gorski	
Lucimeri S. Bezerra	
Marcia Beatriz Buhner	
Oengredi M. M. Dos Santos	
Rosilene B. D. Link	
Sandra Mancino	
Silvane Vaz de Siqueira	
Tatielly Leticia S. Tozo	



Pauta de reunião ordinária

Data: 24.02.2010

- Aprovação da pauta da reunião;
- Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB de 15/12/09;
- Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;
- Monitoramento da Gestão Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu;
- Apresentação dos roteiros dos instrumentos de gestão do Estado (Relatório de Gestão e Plano Municipal de Assistência Social);
- Informação sobre procedimento da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, com relação a concurso realizado;
- Processo de desabilitação do município de Ventania: recebimento de justificativa;
- Processo de desabilitação de Arapongas e Pinhão;
- Monitoramento da gestão municipal.

Informes:

- Plano Estadual de Capacitação;
- Capacitação dos Entrevistadores do novo formulário do CadÚnico;
- Encontro CONGEMAS – Região Sul.

- **Aprovação da pauta da reunião;**

Jucimeri Isolda Silveira, coordenadora da CIB, cumprimentou os gestores, técnicos e convidados presentes, confirmou o quórum mínimo e iniciou a reunião. Os pontos de pauta “Processo de desabilitação de Arapongas e Pinhão / Monitoramento da gestão municipal” foram incluídos e, sem mais indicações, a pauta foi aprovada.

- **Aprovação da memória da reunião da CIB de 15/12/09;**

Sem modificações, a memória foi aprovada.

- **Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;**

Kelli Regina Albanese, secretária técnica da CIB, apresentou o quadro dos pleitos à habilitação dos 51 (cinquenta e um) municípios, contendo as pendências de cada processo, inclusive dos municípios que haviam sido habilitados com condicionalidade na reunião de 15 de dezembro de 2009, devido ao Piso Básico de Transição – PBT e que deveriam ser reapresentados os detalhamentos de cada pleito e repactuação de prazo. Dessa forma pactuou-se o que segue:

ESCRITÓRIO REGIONAL	MUNICÍPIO	PACTUAÇÃO EM 24/02/2010
Campo Mourão	Campina da Lagoa	Habilitado com condicionalidade
	Nova Cantu	Habilitado com condicionalidade
	Quarto Centenário	Habilitado com condicionalidade
	Rancho Alegre D'Oeste	Habilitado com condicionalidade
Cascavel	Anahy	Habilitado com condicionalidade
	Braganey	Habilitado com condicionalidade
	Palotina	Habilitado com condicionalidade
Cianorte	Indianópolis	Habilitado com condicionalidade
	Tapejara	Habilitado com condicionalidade
Curitiba	Agudos do Sul	Habilitado com condicionalidade
	Almirante Tamandaré	Habilitado com condicionalidade
	Campo do Tenente	Indeferido
	Guaraqueçaba	Habilitado com condicionalidade
Foz do Iguaçu	Santa Terezinha do Itaipu	Habilitado com condicionalidade
Francisco Beltrão	Flor da Serra do Sul	Indeferido
	Pinhão de São Bento	Habilitado com condicionalidade
	Renascença	Habilitado com condicionalidade
	Salgado Filho	Habilitado com condicionalidade
Guarapuava	Foz do Jordão	Habilitado com condicionalidade
	Goioxim	Habilitado com condicionalidade
	Laranjeiras do Sul	Habilitado com condicionalidade
	Marquinho	Habilitado com condicionalidade
	Palmital	Habilitado com condicionalidade
Irati	Guamiranga	Habilitado com condicionalidade
	Imbituva	Habilitado com condicionalidade

	Irati	Habilitado com condicionalidade
	Teixeira Soares	Habilitado com condicionalidade
Ivaiporã	Faxinal	Indeferido
	Grandes Rios	Habilitado com condicionalidade
	Nova Tebas	Habilitado com condicionalidade
	São João do Ivaí	Habilitado com condicionalidade
Jacarezinho	Jundiá do Sul	Habilitado com condicionalidade
	Ribeirão Claro	Habilitado com condicionalidade
	Salto do Itararé	Habilitado com condicionalidade
	Siqueira Campos	Habilitado com condicionalidade
Londrina	Alvorada do Sul	Habilitado com condicionalidade
	Apucarana	Habilitado com condicionalidade
	Florestópolis	Habilitado com condicionalidade
	Jaguapitã	Habilitado com condicionalidade
	Tamarana	Habilitado com condicionalidade
Pato Branco	Mariópolis	Habilitado com condicionalidade
	São João	Habilitado com condicionalidade
Ponta Grossa	Arapoti	Habilitado com condicionalidade
	Carambeí	Habilitado com condicionalidade
	Piraí do Sul	Habilitado com condicionalidade
	Sengés	Habilitado com condicionalidade + Acompanhamento do Ministério Público
	Tibagi	Indeferido
Umuarama	Tapira	Habilitado com condicionalidade
União da Vitória	Antônio Olinto	Indeferido
	Bituruna	Habilitado com condicionalidade
	União da Vitória	Habilitado com condicionalidade + Acompanhamento do Ministério Público

Os municípios expostos acima terão o prazo de 06 (seis) meses para adequação das pendências.

1) Monitoramento da Gestão Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu;

Ironi do Rocio Vieira de Camargo, coordenadora substituta da CIB, fez a explanação do Plano de Providências, apontando as pendências que foram sanadas e as que ainda continuam pendentes, constatadas durante a visita realizada pela Comissão designada para acompanhar este processo de readequação. O prazo para reordenamento de todas as pendências postas no Plano de Providência expirou em dezembro/09.

Rosilene B. D. Link, gestora municipal de assistência social, descreveu o trabalho de toda a equipe técnica da assistência social para desenvolver ações que sanem as pendências descritas, inclusive, para ativar os equipamentos CRAS e CREAS do município, sendo que, atualmente, estes estão com as equipes completas conforme a NOB_RH/SUAS e possuem condições de acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência, conforme parâmetros da ABNT. Também apontou algumas pendências que já foram sanadas entre os meses de dezembro até fevereiro.

Jucimeri Isolda, reconheceu o empenho de toda a equipe e ressaltou que a intenção das ações desenvolvidas não é iniciar o processo de desabilitação do município, e sim, aperfeiçoar a gestão da Política de Assistência Social, o que, conseqüentemente, reflete na melhoria da qualidade dos serviços e de sua oferta a população. Ironi Camargo, afirmou que em reunião local reconheceu-se a importância das ações realizadas, o trabalho da equipe, mas também ponderou quanto ao descumprimento das totalidades dos itens relativos ao Plano de Providências, especialmente quanto à gestão do PBF.

Rosilene B. D. Link, informou que o cadastro do Programa Bolsa Família ainda se encontra no Provopar, porém, sua gestão está sendo realizada por técnicos vinculados a Secretaria de Assistência Social. Também solicitou que a CIB encaminha-se um documento ao prefeito municipal informando seu dever e a necessidade de adequar a gestão deste programa no órgão gestor, o qual já possui todos os recursos necessários para tal.

Nircélio Zobot, coordenador estadual da gestão do Programa Bolsa Família, enfatizou que este é um programa de transferência de renda vinculado a Proteção Social Básica, e, conforme a Política Nacional de Assistência Social, é pertinente que seja coordenador por um gestor da assistência social. Porém, informa que não há nenhuma legislação que oficialize esta orientação.

Assim, visando preservar as atribuições da CIB e, simultaneamente, reconhecer os avanços descritos, o comprometimento da gestora em sanar as pendências ainda existentes e os esforços realizados pela equipe técnica, pactuou-se que o município terá um prazo irrevogável de 60 (sessenta) dias para a transferência da gestão do programa do Provopar para o órgão gestor, mantendo-se em gestão plena nesse período. Vencido o prazo, a Comissão fará visita *in loco* para verificação e na reunião de abril será pactuada decisão final.

Também pactuou-se a elaboração de um documento para o Prefeito de Foz de Iguaçu, com cópia para a Secretaria Municipal de Assistência Social- SMAS, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Escritório Regional, Ministério Público, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e Centro de Apoio, sobre a transição do PBF do Provopar para a SMAS.

2) Apresentação dos roteiros dos instrumentos de gestão do Estado (Relatório de Gestão e Plano Municipal de Assistência Social);

Carla de Souza, técnica da SETP, realizou a apresentação dos roteiros do Relatório de Gestão e do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, com as sugestões encaminhadas pelos Escritórios Regionais, os quais já haviam sido encaminhados por expresso para os membros, para apreciação e, caso necessárias, modificações.

Carmen Cristina Zadra, técnica da SETP, sugeriu que fosse retirado o campo de preenchimento referente ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, visto que

geralmente este não é preenchido.

Ironi do Rocio Vieira de Camargo, ressaltou que o objetivo destes instrumentos é que se tornem meios de organizar, planejar e qualificar a gestão das ações da política de assistência social, e não se tornem apenas meros instrumentos preenchidos para atender uma exigência burocrática. Assim, sugeriu algumas adequações de linguagem e estrutura.

Carla de Souza também informou as datas estipuladas para o preenchimento dos documentos:

- 1º fase – preenchimento do instrumento pelo município: 03/03 a 19/04/2010;
- 2º fase – avaliação do instrumento pelo Escritório Regional: 20/04 a 07/05/2010;
- 3º fase – ajuste das pendências indicadas pelo E.R: 08/05 a 31/05.

Os roteiros e as datas foram pactuados pela CIB, incorporando as sugestões realizadas.

3) Informação sobre procedimento da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, com relação a concurso realizado;

Jucimeri Isolda explanou que foi encaminhado à CIB um pedido de providências referente ao município de Almirante Tamandaré, com cópia para a SMAS, CMAS, SETP, CEAS, aos Conselhos Regionais de Psicologia e Serviço Social e a Juíza de Direito do município, no qual 03 (três) profissionais de Serviço Social apontam que o município possui concurso público em vigência, porém está contratando por OSCIP.

Também esclareceu que o município pode contratar por OSCIP, pois não há nenhuma Lei que impede tal ação, porém, segundo as orientações do MDS e considerando a vigência da NOB/RH-SUAS, os CRAS devem possuir equipes técnicas do quadro efetivo municipal.

A CIB apreciou o pedido, porém compreendeu não ser da sua alçada tomar providências sobre a questão, lembrando que o Tribunal de Contas vai definir, na fiscalização dos recursos do quadro próprio, os que são para serviços essenciais do CRAS e CREAS.

Assim, pactou-se que a Comissão encaminhará ofício ao Prefeito e ao gestor municipal de assistência social apenas explanando a importância das equipes de referências da política de assistência social serem do quadro próprio, conforme disposto na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS.

4) Processo de desabilitação do município de Ventania: recebimento de justificativa.

Kelli Regina Albanese, secretária técnica da CIB, informou que, conforme deliberado pelo CEAS, foi encaminhado à CIB pedido de abertura de processo de desabilitação do município de Ventania, pois, através da análise dos documentos referentes ao evento,

constatou-se que a Conferência Municipal de Assistência Social foi realizada junto com à Conferência Municipal de Saúde, sendo que a maioria dos participantes eram da saúde. Além disso, o tema e subtemas propostos pelo CNAS não foram discutidos e a eleição da nova composição do Conselho Municipal não foi realizada.

Assim, foi aberto o processo de desabilitação em reunião de 04 de dezembro de 2009, e solicitado defesa do município. O mesmo encaminhou justificativa explanando que este é um município de pequeno porte I; com apenas 18 anos de criação; altos índices de desemprego e pobreza; IDH baixo; com uma rede socioassistencial limitada (não possui entidades, apenas a APAE e entidades vinculadas a igreja e pastorais); possui apenas três assistentes sociais (uma da saúde, uma da assistência social e uma da APAE); apresenta dificuldade de participação dos próprios conselheiros nos Conselhos por não compreenderem a importância desta ação; dentre outros entraves.

A CIB acatou a justificativa, incorporando essa situação no Plano de Providências municipal, no que tange a realização de nova Conferência com acompanhamento de representante do CEAS e Ministério Público (promotor local). A CIB formalizará a pactuação.

A coordenadora Jucimeri ressaltou que a realização da Conferência não atenderá apenas a um requisito formal e que a perspectiva de dificuldades na participação ao contrário de inviabilizar, deve ser o motivo principal para a realização deste importante espaço democrático. Ainda, enfatizou que a Conferência deve ser acompanhada na perspectiva de requalificação política.

5) Processo de desabilitação de Arapongas e Pinhão:

Kelli Albanese, informou que os dois municípios estão em processo de desabilitação e na reunião de 15 de dezembro pactuou-se que seria designada uma Comissão para acompanhar os processos.

Pinhão encontra-se em processo de desabilitação devido o não cumprimento das condicionalidades no prazo estipulado. Assim, o Escritório Regional informou que as pendências foram sanadas e a CIB pactuou o encerramento do processo de desabilitação. A CIB formalizará a pactuação.

Arapongas encontra-se em processo de desabilitação devido às equipes técnicas dos CRAS serem compostas por cargos comissionados. O município já havia informado que estava com um processo licitatório em andamento. O Escritório Regional enviou a publicação do edital do concurso. Assim, pactuou-se que as situações pendentes serão incorporadas ao Plano de Providências do município, com o mesmo prazo já definido no processo de monitoramento. A CIB formalizará a pactuação.

6) Monitoramento da gestão municipal:

Jiuzete Vasconcelos de Araújo informou que assumiu a Secretaria Municipal de

Assistência Social do município de Porto Rico (Gestão Plena). A secretária explanou sua preocupação referente ao processo de monitoramento, pois, desde a última visita realizada em novembro, nenhuma pendência foi readequada devido à mudança de prefeito. Diante disso, solicitou uma dilatação do prazo estipulado, para que o município não seja prejudicado e que as adequações estão no cronograma das etapas subsequentes.

Jucimeri Isolda indicou que esta situação deve ser discutida com o E.R, para que este possa indicar novos prazos.

Ironi do Rocio Vieira de Camargo, explicou que as Câmaras Técnicas criadas para apreciação e discussão dos Planos de Providência dos municípios do Estado do Paraná, vão incorporar as especificidades de cada município nas análises. Lembrando que, a intenção do Monitoramento não é desabilitar os municípios, mas sim, auxiliar os E.Rs nas orientações aos municípios.

Informes:

- Plano Estadual de Capacitação;

Jucimeri Isolda destacou que haverá uma reunião com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia em Educação – SETI, para formalizar o contrato de repasse de recursos as universidades, assim que esta ação for formalizada os membros serão informados. Também solicitou o apoio dos colegiados municipais na mobilização dos gestores municipais, ao que se refere a compreensão da importância da capacitação dos técnicos, que resulta na melhoria da qualidade dos atendimentos e serviços, em prol da efetivação e legitimação do SUAS.

O início da capacitação está prevista para metade de março, terá duração de seis meses, sendo esta uma atividade de extensão para os técnicos que atendem nos CRAS E CREAS.

- Capacitação dos Entrevistadores do novo formulário do CadÚnico;

Estão sendo organizados os trâmites legais para a licitação da Capacitação, e, quando esta for concluída, será realizado um encaminhamento aos escritórios Regionais confirmando as datas.

Nircélio Zobot informou que esta capacitação é um requisito estabelecido pelo MDS para que os municípios possam delegar a função de cadastro das famílias. Assim, reforçou a importância da participação dos operadores municipais no referido curso.

- Encontro CONGEMAS – Região Sul.

Jucimeri Isolda informou que a Secretária Municipal de Assistência Social do

município de Pinhais, Marcia Regina, solicitou a divulgação do encontro de gestores de assistência social da Região Sul, que ocorrerá dia 05 de março de 2010.